

DISCIPLINA: NEGÓCIOS JURÍDICOS ADMINISTRATIVOS	CH – TOTAL: 36H
SEMESTRE DE ESTUDO: ELETIVA	
TURNO: MATUTINO / NOTURNO	CÓDIGO: XXX

EMENTA:
FUNÇÃO ADMINISTRATIVA, INTERESSE PÚBLICO E CONTRATUALIZAÇÃO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CONTRATAÇÃO DIRETA. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. REGIME JURÍDICO DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES POR EMPRESAS ESTATAIS.

COMPETÊNCIAS:
Domínio dos fundamentos e da estruturação dos negócios jurídicos administrativos. Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas Interpretação e aplicação do direito dos negócios jurídicos administrativos; Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito dos negócios jurídicos administrativos; Correta utilização da terminologia jurídica e da Ciência do Direito Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica Julgamento e tomada de decisões Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito

HABILIDADES:
– Compreender a postura constitucional e legal dos principais institutos do Direito Administrativo relativos aos negócios jurídicos administrativos. – Estudar as condições e possibilidades do direito dos negócios jurídicos administrativos como instrumento de ação estatal e de formulação e implementação de políticas públicas. – Compreender e interpretar sistematicamente as normas do direito dos negócios jurídicos administrativos; – Desenvolver percepção crítica acerca das instituições jurídico-administrativas, seus marcos regulatórios e sua forma de operação; – Capacitar a interpretação e compreensão dos institutos jurídico-administrativos; – Ligar os conceitos jurídico-administrativos com a forma adequada de tomada de decisões. – Dominar a linguagem jurídica, especialmente a jurídico-econômica – Aplicar os conceitos teóricos a casos práticos, viabilizando a sua compreensão plena na atualidade.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:
1. INTRODUÇÃO AOS NEGÓCIOS JURÍDICOS ADMINISTRATIVOS 1.1. Os negócios jurídicos administrativos e as funções administrativas 1.2. Administração pública e contratualização

1.3. Aspectos gerais

1.3.1 Conceituação.

1.3.2. Caráter processual.

1.3.3. Objeto e finalidades.

1.3.4. Competência legislativa e a questão das normas gerais.

2. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

2.1. Conceito e finalidade

2.2. Fundamentação constitucional

2.3. O “microsistema licitatório”

2.4. O dever de licitar: os sujeitos

2.5. O dever de licitar: os objetos

2.6. Os princípios da licitação

2.6.1. Os princípios constitucionais gerais aplicáveis à licitação

2.6.2. Os princípios gerais do direito administrativo aplicados à licitação

2.6.3. Os princípios gerais do processo administrativo aplicados à licitação

2.6.4. Os princípios especiais da licitação

3. ESTRUTURA DA LICITAÇÃO

3.1. Modalidades da Licitação.

3.1.1. Caracterização.

3.1.2. Concorrência.

3.1.3. Tomada de preços.

3.1.4. Convite.

3.1.5. Concurso.

3.1.6. Leilão.

3.1.7. Pregão.

3.1.8. Regime Diferenciado de Contratação – RDC.

3.1.9 A licitação nas empresas estatais

3.1.10. O Sistema de Registro de Preços

3.2. O parcelamento da licitação

3.3. A possibilidade de constituição de consórcios

3.4. Tipos de licitação (critérios de julgamento)

3.4.1 Tipos de preço

3.4.2. Tipos de técnica

4. A FASE INTERNA DA LICITAÇÃO: PROCESSAMENTO E EDITAL

4.1. Fase interna versus fase externa da licitação

4.2. Projeto básico e sua aprovação

4.3. Projeto executivo e sua aprovação

4.4. Disponibilização dos projetos aos interessados

4.5. Orçamento detalhado, dotação orçamentária e inclusão no plano plurianual

4.6. Definição do regime de execução adequado

4.6.1. Empreitada por preço global

4.6.2. Empreitada por preço unitário

4.6.3. Tarefa

- 4.6.4. Empreitada integral
- 4.6.5. Contratação integrada
- 4.6.6. Contratação semi-integrada
- 4.7. O conteúdo do instrumento convocatório e seus anexos
- 4.7.1. A matriz de risco
- 4.8. Análise das minutas do edital pela assessoria jurídica

- 5. A FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO
- 5.1. Consulta e audiência pública
- 5.2. Publicação do edital e as peculiaridades do RDC
- 5.3. Pedidos de esclarecimentos e impugnações
- 5.4. A fase de habilitação
- 5.5. O julgamento das propostas e a classificação
- 5.6. Adjudicação e homologação
- 5.7. Os recursos administrativos
- 5.8. As peculiaridades procedimentais do pregão
- 5.9. As peculiaridades procedimentais do RDC
- 5.10. As peculiaridades procedimentais na Lei 13.303/16 (Lei das Estatais)
- 5.11. As licitações nos consórcios públicos
- 5.12. As licitações e o terceiro setor

- 6. O DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO.
- 6.1. Necessidade de observância do devido processo legal.
- 6.2. Revogação.
- 6.3. Invalidação.
- 6.4. Desistência.

- 7. CAUSAS DE EXCLUSÃO DO DEVER DE LICITAR: A CONTRATAÇÃO DIRETA
- 7.1. Fundamentação constitucional.
- 7.2. Características.
- 7.3. Dispensa.
- 7.3.1. Caracterização e distinções.
- 7.3.2. Hipóteses.
- 7.4. Inexigibilidade.
- 7.4.1. Caracterização e distinções.
- 7.4.2. Hipóteses.
- 7.5. O procedimento da contratação direta
- 7.6. As hipóteses e as peculiaridades da contratação direta por empresas estatais

- 8. Nova de Lei de Licitações (PL nº 6814/17 – Câmara dos Deputados; PL 559/13 – Senado).

- 9. OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
- 9.1. Os negócios jurídicos da Administração Pública.
- 9.2. Distinções e conceituação.
- 9.2.1. Negócios jurídicos administrativos e contratos administrativos.
- 9.2.2. Contratos administrativos e contratos da administração.

9.3. As características dos contratos administrativos em sentido estrito

9.4. As espécies/modalidades de contratos administrativos

10. ELEMENTOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Formalização dos contratos administrativos.

10.2. A duração dos contratos administrativos

10.3. Prorrogação dos contratos administrativos

10.4. Execução dos contratos administrativos.

10.4.1. Peculiaridades do RDC

10.4.2. Peculiaridades da Lei das Estatais

10.5. Alteração dos contratos administrativos.

10.5.1. Alterações pela Administração Pública.

10.5.2. Alterações pelo contratado.

10.6. Inexecução contratual.

10.6.1. Descumprimento contratual.

10.6.2. Responsabilidade e sanções nas contratações públicas.

10.6.3. Devido processo legal.

10.6.4. Exceção de contrato não cumprido.

10.7. A especificidade e diferenciação do regime jurídico contratual da Administração Pública.

10.7.1 Fundamentação constitucional.

10.7.2. Cláusulas exorbitantes.

10.8. Equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo.

10.8.1. Conceito e finalidade do equilíbrio econômico-financeiro

10.8.2. Causas de desequilíbrio

10.8.3. Mecanismos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro

10.9. Extinção dos contratos administrativos

10.9.1. Causas de extinção

10.9.2. Consequências jurídicas da extinção

3.10. Suspensão dos contratos administrativos

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas.
- Seminários de fixação.
- Seminários expositivos.
- Sala de aula invertida
- Atividades em grupo
- Estudo de casos
- Exposições e debates com professores convidados.
- Simulações (*role play*)
- Atividades externas.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Quadro
- Pincel atômico
- Computador

- Projetor
- Aparelho de TV e DVD

AVALIAÇÃO

Provas subjetivas, trabalhos individuais e em grupo, atividades em sala de aula, atividades externas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARCIA, Flávio Amaral. Licitações e contratos administrativos: casos e polêmicas. 5. ed. Rio de Janeiro: Malheiros Editores, 2018.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 13.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

MOREIRA, Egon Bockmann; GUIMARÃES, Fernando Vernalha. Licitação pública: a lei geral de licitação – LGL e o Regime Diferenciado de Contratação – RDC. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Indicações de 05(cinco) fontes

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. 7. ed. rev. atual. e ampl. com comentários sobre a Lei nº 13.303/2016 – Lei das Empresas Estatais. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 4.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

_____. Licitações e contratos das estatais. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e Contratos Administrativos: teoria e prática. 8. ed. São Paulo: Método, 2019.

BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.

BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 17. ed., São Paulo: Malheiros.

CAETANO, Marcelo. Manual de Direito Administrativo. 4ª ed. Coimbra: Almedina.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 8. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Administrativo. Salvador: Juspodivm.

CORREIA, José Manuel Sérvulo. Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos. Coimbra: Almedina.

DALLARI, Adilson Abreu. Aspectos Jurídicos da Licitação. 6. ed. São Paulo: Saraiva.

DUGUIT, Leon. Las Transformaciones del Derecho Público y Privado. Buenos Aires: Heliasta, s/d.

ENTERRÍA, Eduardo García de, et FERNANDEZ, Tomás-Ramón, Curso de Derecho Administrativo. Vol. I, 10ª ed., Madri: Civitas.

_____. Curso de Derecho Administrativo. Vol. II, 9ª ed., Madri: Thomson-Civitas.

ESTORNINHO, João Maria. A Fuga para o Direito Privado. Coimbra: Almedina.

- _____. Contratos da Administração Pública. Coimbra: Almedina.
- _____. Réquiem pelo Contrato Administrativo. Coimbra: Almedina.
- FALLA, Fernando Garrido. Tratado de Derecho Administrativo. Vol. I, 13ª ed., Madri: Tecnos.
- _____. Tratado de Derecho Administrativo. Vol. II, 11ª ed., Madri: Tecnos.
- FERNANDEZ, Tomás-Ramón. De la Arbitrariedad de la Administración. 2ª ed. Madri: Civitas.
- FREITAS, Juarez. O Controle dos Atos Administrativos. 3. ed., São Paulo: Malheiros.
- FRIER, Pierre-Laurent, Precis de Droit Administratif. 2ª ed., Paris: Montchrestien.
- GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. 7. ed., São Paulo : Saraiva.
- GORDILLO, Agustín. Tratado de Derecho Administrativo. T. I, 7ª ed., Belo Horizonte: Del Rey.
- _____. Tratado de Derecho Administrativo. T. II, 5ª ed., Belo Horizonte: Del Rey.
- _____. Tratado de Derecho Administrativo. T. III, 6ª ed., Belo Horizonte: Del Rey.
- _____. Tratado de Derecho Administrativo. T. IV, 6ª ed., Belo Horizonte: Del Rey.
- LEAL, Rogério Gesta. Estado, Administração Pública e Sociedade. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- MARQUES NETO. Floriano Peixoto de Azevedo. Regulação Estatal e Interesses Públicos. São Paulo: Malheiros.
- MAURER, Hartmut. Elementos de Direito Administrativo Alemão. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris.
- _____. Direito Administrativo Geral. São Paulo: Manole.
- MEDAUAR, Odete. O Direito Administrativo em Evolução. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- _____. Processualidade no Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- _____. Direito Administrativo Moderno. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- MENEZES DE ALMEIDA, Fernando Dias. Contrato administrativo. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- MONCADA, Luís Cabral de. Lei e Regulamento. Coimbra: Coimbra.
- MOREIRA NETO. Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense.
- _____. Direito Regulatório. Rio de Janeiro: Renovar.
- _____. Legitimidade e Discrecionalidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense.
- _____. Mutações do Direito Administrativo. 3. ed., Rio de Janeiro: Renovar.
- _____. Mutações do Direito Público. Rio de Janeiro: Renovar.
- OTERO, Paulo. Legalidade e Administração Pública. Coimbra: Almedina.
- PEREIRA JÚNIOR. Jesse Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 6. ed., São Paulo: Renovar.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di; RAMOS, Dora Maria de Oliveira, et alli. Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos. 5. ed. São Paulo: Malheiros.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.
- _____. Parcerias na Administração Pública. 5. ed. São Paulo: Altas.
- RIVERO, Jean. Direito Administrativo. Coimbra: Almedina.
- ROSILHO, ANDRÉ. LICITAÇÃO NO BRASIL. SÃO PAULO: MALHEIROS, 2013.
- SARMENTO, Daniel (Org.). Interesses Públicos versus Interesses Privados: Desconstruindo o Princípio da Supremacia do Interesse Público. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- SILVA, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. São Paulo: Malheiros.
- SOUTO. Marcos Juruena Villela. Direito Administrativo Contratual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- _____. Direito Administrativo Regulatório. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- _____. (coord.). Direito Administrativo Empresarial. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

SUNDFELD, Carlos Ari; JURKSAITS, Guilherme Jardim (org.) Contratos públicos e direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2015.

_____. Contratações públicas e o seu controle. São Paulo: Malheiros, 2013.